

	GUIA DE FUNCIONAMENTO DA UNIDADE CURRICULAR	MODELO PED.008.02
---	--	--------------------------

<i>Curso</i>	Gestão			<i>Ano letivo</i>	2018/2019		
<i>Unidade Curricular</i>	Direito Fiscal e Fiscalidade			<i>ECTS</i>	6		
<i>Regime</i>	Obrigatório						
<i>Ano</i>	2.º	<i>Semestre</i>	2.º	<i>Horas de trabalho globais</i>			
<i>Docente</i>	Rui Portela			<i>Total</i>	168	<i>Contacto</i>	75
<i>Coordenadora da área disciplinar</i>	Rute Abreu						

GFUC Previsto

1. OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

O estudante deve adquirir conhecimentos e desenvolver competências no domínio do direito fiscal e fiscalidade portuguesa, nomeadamente ao nível dos princípios e conceitos básicos da fiscalidade nas suas vertentes económica, jurídica e de gestão, bem como das principais características dos impostos que constituem o sistema fiscal português. Para o efeito, o estudante deve:

- A- Identificar os princípios e conceitos básicos da fiscalidade, designadamente nas suas vertentes, económica, jurídica e de gestão;*
- B- Efetuar o estudo das principais características dos impostos sobre o rendimento, apresentando situações típicas ligadas à fiscalidade das famílias e das empresas;*
- C- Caracterizar as operações para efeitos de incidência do imposto sobre o valor acrescentado (IVA), e conhecer as principais regras de apuramento do IVA nas operações internas e externas;*
- D- Conhecer as principais características dos impostos sobre o Património;*
- E – Qualificar as principais Infrações previstas no sistema fiscal português;*
- F- Distinguir as principais diferenças, ao nível fiscal, do exercício da atividade económica pelos empresários em nome individual e pelas sociedades comerciais*

2. CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1. Introdução ao Estudo do Direito Fiscal e Fiscalidade
 - 1.1. O Direito Tributário e o Direito Fiscal
 - 1.2. O Imposto e a Taxa
 - 1.3. Classificação dos impostos
 - 1.4. Momentos da obrigação de imposto
 - 1.5. Distribuição do Poder Tributário e as Fontes do Direito Fiscal
 - 1.6. Princípios fundamentais
 - 1.7. Interpretação e integração das normas fiscais
 - 1.8. Aplicação da lei fiscal no espaço e no tempo
 - 1.9. Relação Jurídica Tributária
 - 1.10. Conceitos
 - 1.11. Responsabilidade Tributária
 - 1.12. A importância do Direito Fiscal e da Fiscalidade na tomada de decisão das empresas

2. Lei Geral Tributária

- 2.1. O Princípio da colaboração e da participação
- 2.2. Informações e acesso a contas bancárias
- 2.3. Países, territórios ou regiões com um regime fiscal claramente mais favorável
- 2.4. Avaliação Indireta
- 2.5. Manifestações de fortuna
- 2.6. Ónus da Prova e Fundamentação
- 2.7. Jurisprudência

3. A problemática da evasão fiscal e a atividade económica

4. O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

- 4.1. As Empresas e o IRC
- 4.2. As principais normas relevantes para quantificação do lucro tributável
- 4.3. A quantificação da matéria coletável
- 4.4. As Tributação autónomas
- 4.5. As principais obrigações declarativas, contabilísticas e de pagamento

5. O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

- 5.1. Os Rendimentos brutos de cada categoria de rendimentos e as deduções previstas
- 5.2. A quantificação dos rendimentos líquidos
- 5.3. As Retenções na fonte
- 5.4. As principais deduções à coleta

6. O Imposto sobre o Valor Acrescentado

- 6.1. Incidência
- 6.2. Isenções
- 6.3. Facto gerador e exigibilidade imposto
- 6.3. Valor Tributável
- 6.4. Liquidação e Pagamento do Imposto
- 6.5. As obrigações de faturação, declarativas e de pagamento
- 6.6. O Regime do IVA nas transações com o exterior

7. Impostos sobre o Património

- 7.1. As principais características do Imposto Municipal sobre Imóveis
- 7.2. As principais características do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis

8. O Regime Geral das Infrações Tributárias

- 8.1. As principais Contra - Ordenações
- 8.2. As principais características dos Crimes tributários e fiscais

9. As principais diferenças ao nível fiscal do exercício da atividade económica pelos empresários em nome individual e pelas sociedades comerciais

3. DEMONSTRAÇÃO DA COERÊNCIA DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS COM OS OBJETIVOS DA UC

Objetivos (1)	Conteúdos
<i>A</i>	<i>1, 2, 3</i>
<i>B</i>	<i>4,5</i>
<i>C</i>	<i>6</i>
<i>D</i>	<i>7</i>
<i>E</i>	<i>8</i>
<i>F</i>	<i>9</i>

(1) A concretização dos objetivos tem subjacente a completude do programa previsto para a UC. A tabela, tão só, estabelece uma relação de causalidade imediata.

4. BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL

4.1. Bibliografia obrigatória

Autoridade Aduaneira e Tributária (AT, 2019a). Código do IRC. Lisboa: AT
Autoridade Aduaneira e Tributária (AT, 2019b). Código do IRS. Lisboa: AT
Autoridade Aduaneira e Tributária (AT, 2019c). Lei Geral Tributária. Lisboa: AT.
Autoridade Aduaneira e Tributária (AT, 2019d). Código do IVA. Lisboa: AT.
Autoridade Aduaneira e Tributária (AT, 2019e). Código do IMI. Lisboa: AT.
Autoridade Aduaneira e Tributária (AT, 2019f). Código do IMT. Lisboa: AT.

4.2. Bibliografia recomendada

Autoridade Aduaneira e Tributária (AT, 2016). Manual de IRC, IRS e IVA. Lisboa: Centro de Formação da AT
Carlos, A., Antunes, I., Durão, J. e Pimenta, M. (2018). Guia dos impostos em Portugal 2018. Lisboa: Editora Quid Juris
Ferreira, L. (2018). IRC, Lisboa: Editora Lidel
Nabais, J. (2015). Direito Fiscal. Lisboa: Edições Almedina, S.A.
Pinheiro Pinto, J. (2011). Fiscalidade. Lisboa: Areal - Editores
Saldanha Sanches, J. L. (2007). Manual de Direito Fiscal. Lisboa: Ed. Lex, Lisboa
Teixeira, G. (2015); Manual de Direito Fiscal. Lisboa: Ed. autor
Xavier de Bastos, J.G. (2007). IRS – Incidência Real e Determinação dos Rendimentos Líquidos, Coimbra: Coimbra Editora.
Artigos científicos publicados em revistas nacionais e internacionais subordinados à temática.
Legislação com relevância na área.

5. METODOLOGIAS DE ENSINO (REGRAS DE AVALIAÇÃO)

METODOLOGIAS DE ENSINO:

Método expositivo teórico-prático com utilização de meios audiovisuais; Casos de Estudo; Seminário; Disponibilização de conteúdos em *e-learning*; Ferramentas de trabalho colaborativo; Sessões de colaboração periódica.

METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO:

Avaliação contínua: o estudante obtém aprovação quando a média ponderada de dois fatores for igual ou superior a dez (10) valores, numa escala inteira entre zero e vinte, sendo dispensado de exame. Primeiro fator: realização de uma prova escrita, sendo a mesma realizada em data fixada pela Direção da ESTG. Este fator é ponderado com 70% da nota final. Segundo fator: realização de um trabalho a definir pelo Professor. Este fator é ponderado com 30% da nota final.

Avaliação final: o estudante que não tenha obtido aproveitamento na avaliação contínua da unidade curricular ou não a tenha realizado, obtém aprovação quando a classificação do exame seja igual ou superior a dez (10) valores, numa escala inteira entre zero e vinte, em datas fixadas pela Direção da ESTG.

6. DEMONSTRAÇÃO DA COERÊNCIA DAS METODOLOGIAS DE ENSINO COM OS OBJETIVOS DA UNIDADE CURRICULAR

- Método expositivo teórico-prático com utilização de meios audiovisuais - para que o estudante ganhe conhecimentos na área da Fiscalidade através da dinâmica do processo de aprendizagem que é impulsionado com a utilização de meios audiovisuais;
- Casos de Estudo – para que o estudante ganhe conhecimentos e competências com vista a adotar ou aconselhar a tomada, de forma eficiente e eficaz, de decisões para cumprimento de obrigações fiscais, implicando uma abordagem prática através de estudo de casos;
- Seminário - para que o estudante ganhe conhecimentos na área da fiscalidade em contexto real através das experiências de personalidades de reconhecido mérito nacional e internacional;
- Disponibilização de conteúdos multimédia em e-learning – para que o estudante aceda aos conteúdos da unidade curricular através de novos métodos, atividades e ferramentas de comunicação, através das quais o estudante acede aos conteúdos da unidade curricular e domina as ferramentas, conceitos, metodologias e técnicas que reforçam a sua capacidade de atuação crítica e lhe proporcionam uma visão global para otimizar o seu desempenho na área da fiscalidade;
- Ferramentas de trabalho colaborativo - para que o estudante participe de forma interventiva e pró-activa na elaboração e discussão de novas estratégias e práticas que lhe permitam desenvolver a capacidade crítica de ação ao nível da planificação, organização, coordenação e avaliação das obrigações fiscais, tendo subjacentes o cumprimento do normativo legal.
- Sessões de colaboração periódica - para que o estudante reforce a sua capacidade de atuação crítica e consolide conhecimentos a fim de ganhar competências que lhe garantam a tomada, de forma eficiente e eficaz, de decisões para cumprimento de obrigações fiscais.

7. REGIME DE ASSIDUIDADE

Não aplicável.

Guarda, 25 de fevereiro de 2019

**Rui Portela
(Docente)**

**Rute Abreu
(Coordenadora da Área Disciplinar)**